

O QUE SABEMOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS ENTRE MEADOS DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX?*

Ana Bela Nunes
Eugénia Mata
Nuno Valério

Colocação do problema

No número do Outono de 1989 de *The Journal of European Economic History* publicámos um artigo intitulado «Portuguese economic growth 1833-1985» (doravante Nunes, Mata e Valério, 1989) em que apresentámos novas estimativas do produto interno bruto português para o período indicado no título e discutimos as perspectivas por elas abertas para o conhecimento da história económica de Portugal nos séculos XIX e XX. Nas conclusões do artigo reconhecemos que «great improvements to the retrospective national accounts presented [...] are, of course, still possible in the future». Nestas circunstâncias, encaramos com todo o interesse as críticas apresentadas por Pedro Lains e Jaime Reis no texto «Portuguese economic growth 1833-1985: some doubts», publicado no número do Outono de 1991 de *The Journal of European Economic History* (doravante Lains e Reis, 1991), embora não pudéssemos concordar com todas essas críticas, como explicámos no texto «Portuguese economic growth 1833-1985: some comments on Jaime Reis, and Pedro Lains' doubts», publicado no mesmo número do Outono de *The Journal of European Economic History* (doravante Nunes, Mata e Valério, 1991), e aceitámos com todo o interesse a realização de um debate sobre o tema, proposto pelo Prof. Jaime Reis para o 13º Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social.

Nesta nossa intervenção vamos deixar de lado as questões metodológicas e concentrar-nos na identificação do que sabemos sobre o ritmo do crescimento económico português entre meados do século XIX e meados do século XX. Procederemos para isso a uma comparação sistemática entre os resultados da nossa estimativa de 1989 e outros dados disponíveis, nomeadamente os valores oficiais do produto interno bruto para o Continente e as estimativas da produção agrícola e industrial apresentadas por Pedro Lains no texto *A Evolução da*

* Comunicação ao 13º Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Porto, 1992.

Agricultura e da Indústria em Portugal 1850-1913. Interpretação Quantitativa, publicado como n.º 1 da colecção «História Económica», editada pelo Banco de Portugal (doravante Lains, 1990) e por Pedro Lains e Jaime Reis em Reis e Lains, 1991.

Por razões que irão ficando claras à medida que prosseguirmos, começaremos por abordar separadamente vários períodos seleccionados e iniciaremos a nossa análise pelas épocas mais recentes.

O período da 2ª Guerra Mundial

No que respeita aos anos da 2ª Guerra Mundial, a estimativa do produto interno bruto apresentada em Nunes, Mata e Valério, 1989, aponta para um crescimento — taxa anual acumulada de + 1,3%— bastante inferior ao que sugerem os valores oficiais do produto interno bruto do continente — taxa anual acumulada de + 2,9 %. A diferença não provém, obviamente, da mudança de âmbito geográfico (os produtos internos brutos da Madeira e dos Açores não devem ter constituído nunca mais de 1/20 do produto interno bruto de Portugal e não poderiam, portanto, explicar uma diferença de tal magnitude), mas sim da diferença de avaliação do nível da actividade económica no País nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial. Pensamos que os valores oficiais para 1938 estão claramente subavaliados; naturalmente que aqueles que entendem que tais valores estão correctos acharão a nossa estimativa sobreavaliada.

A nossa convicção de que os valores oficiais de 1938 estão subavaliados assenta principalmente no facto de eles implicarem uma improvável baixa nas razões receitas fiscais/ produto interno bruto e despesas públicas/ produto interno bruto de 1938 para 1947 (respectivamente de 15% para 10% e de 19% para 17% — as razões exportações/produto interno bruto e importações/produto interno bruto subiriam, respectivamente, de 10 % para 13% e de 19% para 28%). As nossas estimativas apontam para subidas na maioria dessas razões — de 6 % para 11 % no caso das exportações; de 12 % para 25 % no caso das importações, e de 12 % para 15 % no caso das despesas públicas — e estagnação em 9 % no caso das receitas fiscais.

É claro que aceitar um menor crescimento para os anos da 2ª Guerra Mundial implica romper parcialmente com a imagem tradicional de prosperidade associada a estes anos: o que nos parece razoável, se ao indubitável efeito positivo da

excepcional exportação de minérios de volfrâmio e das remessas para os refugiados contrapusermos o também indubitável efeito negativo das dificuldades de abastecimentos externos e das condições meteorológicas que implicaram algumas colheitas pouco favoráveis.

Sublinhe-se, entretanto e uma vez mais, que a nossa ideia não é de modo algum que não tenha havido crescimento económico na década de 1938 a 1947. Apenas contrapomos a uma taxa de crescimento oficial de + 2,9 % anuais acumulados uma taxa de crescimento de + 1,3 % anuais acumulados e sugerimos que o crescimento verificado se concentrou nos anos iniciais da guerra e no imediato pós-guerra, e não nos anos de 1941 a 1945, mais marcados pelos efeitos negativos dos fenómenos acima referidos.

O período da 1ª Guerra Mundial e dos anos entre as duas guerras mundiais

O quadro n.º 1 apresenta o confronto entre a evolução do produto interno bruto segundo Nunes, Mata e Valério, 1989, e do produto físico segundo Pedro Lains e Jaime Reis entre 1913 e 1938. As conclusões são claras: as variações globais das duas variáveis entre 1913 e 1938 não se afastam grandemente (a compatibilidade, entretanto, implicaria um crescimento anual acumulado do sector dos serviços de + 1,9%, provavelmente demasiado baixo em confronto com os dos outros sectores para ser considerado totalmente plausível), mas a imagem transmitida para os anos da 1.ª Guerra Mundial e para os anos entre as duas guerras mundiais é totalmente diferente. Segundo Nunes, Mata e Valério, 1989, os anos da 1.ª Guerra Mundial assistiram a um significativo decréscimo do produto interno bruto, seguido de uma fase de recuperação e crescimento entre as duas guerras mundiais; segundo Lains e Reis, 1991, os anos da 1ª Guerra Mundial assistiram a uma estagnação do produto interno bruto, seguida de crescimento entre as duas guerras mundiais.

No que respeita ao período da 1.ª Guerra Mundial, é razoável admitir que o acentuado declínio do nível de vida descrito nas estimativas do produto interno bruto de Nunes, Mata e Valério, 1989, é provavelmente exagerado, porque o mundo rural deve ter-se comportado melhor do que as estatísticas revelam. No entanto, é difícil acreditar na estagnação do produto físico que Pedro Lains e Jaime Reis sugerem. Com efeito, a quebra da produção industrial é indubitável num país cuja indústria estava fortemente dependente de abastecimentos e mercados

externos (como a própria metodologia da construção do índice de produção industrial de Pedro Lains e Jaime Reis implica), e é duvidoso que o crescimento agrícola tenha compensado integralmente essa quebra, modificando a tendência para a estagnação ou mesmo para o declínio que, como se verá adiante, se tinha instalado nas vésperas do conflito.

Quanto à avaliação da evolução do período entre as duas guerras mundiais, ela depende crucialmente da avaliação da evolução no anos da 1.ª Guerra Mundial. Em suma, não nos parece fecundo discutir muito sobre este período, pois o essencial da divergência se centra na visão da época da 1ª Guerra Mundial.

QUADRO N° 1

Evolução do produto interno bruto segundo Nunes, Mata e Valério, 1989, e do produto físico segundo Pedro Lains e Jaime Reis entre 1913 e 1938.

Período	Produto interno bruto	Produto físico		
		Agricultura	Indústria	Total
1913-1919....	- 5,1	+ 1,3	- 2,1	0
1919-1938....	+ 4,6	+ 2,4	+ 5,1	+ 3,5
1913-1938...	+ 2,2	+ 2,1	+ 3,3	+ 2,6

Unidade—taxas de variação anual acumulada em percentagem.
Fonte — Cálculo da forma indicada nas notas.

Notas metodológicas

1— A taxa de variação do produto interno bruto foi calculada com base nos valores do produto interno bruto a preços de 1914.

2—As taxas de variação anual acumulada do produto físico da agricultura e do produto físico da indústria entre 1913 e 1919 foram calculadas admitindo a proporção entre produto agrícola e produto industrial em 1913 implícita nos cálculos do quadro n.º 2, a proporção entre produto agrícola e produto industrial em 1919 implícita nos restantes cálculos deste quadro e a hipótese da nota 3.

3— A taxa de variação anual acumulada do produto físico total entre 1913 e 1919 é suposta nula, de acordo com a hipótese admitida em Lains e Reis, 1991.

4— As taxas de variação anual acumulada do produto físico da agricultura e do produto físico da indústria entre 1919 e 1938 são as apresentadas em Lains e Reis, 1991,

5— A taxa de variação anual acumulada do produto físico total entre 1919 e 1938 é a média aritmética ponderada das taxas de crescimento do produto físico da agricultura e do produto físico

da indústria admitindo os valores oficiais do produto agrícola e do produto industrial de 1938 como Lains e Reis, 1991.

O período anterior à 1ª Guerra Mundial

O quadro nº 2 apresenta o confronto entre a evolução do produto interno bruto segundo Nunes, Mata e Valério, 1989, e do produto físico segundo Pedro Lains e Jaime Reis entre meados do século XIX e as vésperas da 1.ª Guerra Mundial.

O panorama geral é de relativa compatibilidade das duas estimativas. Com efeito:

- a) Para os anos de 1850 a 1870, as duas estimativas seriam compatíveis se a taxa de crescimento anual acumulado do sector dos serviços fosse de + 2,1 %, o que nos parece perfeitamente razoável numa época que assistiu a progressos bem conhecidos no sector dos transportes e comunicações;
- b) Para os anos de 1870 a 1890, as duas estimativas seriam compatíveis se a taxa de crescimento anual acumulado do sector dos serviços fosse de + 3,1 %, o que, uma vez mais, nos parece perfeitamente razoável numa época que continuou a assistir a progressos no sector dos transportes e comunicações;
- c) Para os anos de 1890 a 1900, as duas estimativas só seriam compatíveis se a taxa de variação anual acumulada do sector dos serviços tivesse sido de – 0,5 %, o que é totalmente improvável. Será, por isso, necessário acrescentar algo mais abaixo sobre a última década do século XIX;
- d) Para os anos de 1900 a 1913, as duas estimativas seriam compatíveis se a taxa de crescimento anual acumulado do sector dos serviços fosse de + 0,5 %, o que, de novo, nos parece perfeitamente razoável face ao que é conhecido sobre o período sob o ponto de vista qualitativo.

Em síntese, as grandes dúvidas sobre o crescimento económico português entre meados do século XIX e a 1.ª Guerra Mundial dizem respeito à última década do século XIX. Ora, tudo se centra, como é fácil de ver, no excepcional crescimento do produto agrícola sugerido para essa década pelo índice construído por Pedro Lains. Com efeito, o índice de produção industrial apresenta uma evolução que estaria de acordo com as nossas expectativas — crescimento mais reduzido do que nas décadas anteriores e semelhante ao dos anos do século XX até à 1.ª Guerra Mundial. Ora, o índice da produção agrícola apresenta uma significativa aceleração do crescimento em relação às décadas anteriores, seguindo-se uma quebra em termos absolutos nos anos do século XX até à 1ª Guerra Mundial.

Em Lains e Reis, 1991, esta evolução é justificada do seguinte modo: «The protectionist measures of 1889 and 1899 fostered [agricultural] growth as they were intended to do.» Esta afirmação não deixa de ser insuficiente para explicar como ao crescimento espectacular da última década do século XIX se seguiu, no mesmo contexto institucional, a quebra posterior. Entretanto, se se descer a algum pormenor no exame do índice, verifica-se que o crescimento mais importante da produção agrícola entre 1890 e 1900 se deu, não no sector dos cereais, alvo das medidas proteccionistas de 1889 e 1899, mas no sector do vinho. O índice da produção de vinho em 1900 segundo Lains, 1990, é realmente, não só o mais elevado de todos os anos de 1846 a 1912, mas também cerca de 25% mais elevado do que o segundo maior e do que os dois anos mais próximos. Sem excluir a hipótese de uma colheita excepcionalíssima, devemos considerar que um índice mais baixo (da ordem dos anos de 1897 e 1903) representaria melhor a normalidade da agricultura portuguesa da época. Ora, tal índice reduziria o crescimento anual acumulado do produto físico da agricultura entre 1890 e 1900 para + 1,2 % (e daria origem a um crescimento anual acumulado do produto físico da agricultura entre 1900 e 1913 de + 0,2 %) e reduziria o crescimento anual acumulado do produto físico total entre 1890 e 1900 para + 1,3% (aumentando em contrapartida o crescimento anual acumulado do produto físico total entre 1900 e 1913 para +0,7%). Tudo isto seria compatível com as estimativas do produto interno bruto de Nunes, Mata e Valério, 1989, se se tivesse verificado uma quase estagnação do sector dos serviços tanto entre 1890 e 1900 como entre 1900 e 1913. Parece-nos uma hipótese algo pessimista, mas aceitável dentro das margens de erro das estimativas.

QUADRO N° 2

Evolução do produto interno bruto segundo Nunes, Mata e Valério, 1989, e do produto físico segundo Pedro Lains e Jaime Reis entre 1850 e 1913.

Período	Produto interno bruto	Produto físico		
		Agric- cultura	Indústria	Total
1850-1870...	+ 1,2	+ 0,2	+ 2,2	+ 0,5
1870-1890...	+ 2,5	+ 1,3	+ 4,6	+ 2,0
1890-1900....	+ 0,8	+ 2,0	+ 1,6	+ 1,9
1900-1913....	+ 0,4	- 0,5	+ 1,7	+ 0,3

Unidade - taxas de variação anual acumulada em percentagem
 Fonte - Cálculo da forma indicada nas notas

Notas metodológicas

1- A taxa de variação do produto interno bruto foi calculada com base em medias trienais centradas dos valores do produto interno bruto a preços de 1914.

2- A taxa de variação do produto físico da agricultura foi calculada com base nos valores de Lains, 1990, quadro n.º 16, coluna A. Consideraram-se o valor de 1849 como correspondendo a 1850, o de 1891 como correspondendo a 1890 e o de 1912 como correspondendo a 1913.

3- A taxa de variação do produto físico da indústria foi calculada com base nos valores de Lains, 1990, quadro n.º 23, coluna PIL. Considerou-se o valor de 1851 como correspondendo a 1850 e usaram-se para os restantes anos medias trienais centradas.

4- A taxa de variação do produto físico total é a média aritmética ponderada das taxas de crescimento dos produtos físicos da agricultura e da indústria, supondo a proporção entre o produto físico da agricultura e o produto físico da indústria em 1900 de 2:1 (como Lains, 1990, p. 47).

Perspectiva global

O confronto entre as taxas de crescimento do produto interno bruto segundo Nunes, Mata e Valério, 1989, e as taxas de crescimento do produto físico segundo Pedro Lains e Jaime Reis para o conjunto dos anos de 1850 a 1947 conduz a uma conclusão fundamental: o crescimento global é praticamente idêntico. Na verdade, a taxa de variação anual acumulada é aproximadamente de + 1,7 % em ambas as estimativas.

Em termos sectoriais parece claro que o crescimento da indústria, correspondente a uma taxa anual acumulada de +3,1 %, foi muito superior ao da agricultura, correspondente a uma taxa anual acumulada de +1,1 %. Se se

admitirem estes valores, o crescimento dos serviços deve ter-se situado perto dos + 1,8% anuais acumulados, valor perfeitamente plausível.

Em termos de nível de vida, dado que a população cresceu a uma taxa anual acumulada da ordem de + 0,8 %, pode sugerir-se que o produto interno bruto real por habitante pode ter crescido a uma taxa anual acumulada da ordem de +1,0 %.

Conclusão

Em síntese, parece-nos que as contribuições recentemente apresentadas desenham para a economia portuguesa de meados do século xix a meados do século xx com traços suficientemente coincidentes um quadro de crescimento lento mas claramente perceptível no longo prazo. Certos períodos permanecem, entretanto, menos claros nos contornos da evolução verificada. É particularmente o caso da última década do século XIX e dos períodos das duas guerras mundiais.

ANEXO

Valores dos agregados produto interno bruto e produto físico implícitos nos cálculos dos quadros

Ano	Produto interno bruto	Produto físico		
		Agricultura	Industria	Total
1850	390	1 557	271	1 823
1870	491	1 613	420	2 033
1890	805	1 999	1 040	3 039
1900	874	2 444	1 222	3 666
1913	919	2 300	1 523	3 823
1919	689	2 485	1 338	3 823
1938	1 634	3 900	3 443	7 343
1947	1 843	4 625	5 086	9 710

Unidade — Milhares de contos. Produto interno bruto a preços de 1914; produto físico a preços de 1938.

Fonte — Cálculo da forma indicada nas notas dos quadros.